

Programa de mobilização social para a construção participativa das políticas municipais de educação ambiental no Norte do Espírito Santo, Brasil

Program of social mobilization for the participative construction of the municipals politics of environmental education in the North of the Espírito Santo State, Brazil

Marcos da Cunha Teixeira e Aline Fernandes de Jesus. Universidade Federal do Espírito Santo-UFES (Brasil).

Resumo

Apresentam-se os primeiros resultados do programa de mobilização social para a construção da política municipal de educação ambiental no Norte do Espírito Santo. Foram analisadas 4 categorias, como segue: (1) as estratégias para desenvolvimento do programa. (2) O envolvimento dos poderes públicos; (3) O envolvimento da sociedade em geral. (4) Os aspectos conceituais veiculados pelos atores durante o processo. Até o momento apenas no município de Linhares já foi implantada a lei da política municipal de educação ambiental. No entanto, ao contrário de São Mateus, em Linhares a agilidade do programa se deveu à opção dos gestores municipais em reduzir o programa de mobilização a um processo breve de comunicação e chamamento público para a conferência municipal, desconectado de um programa mais amplo de debate e formação. Em São Mateus destacou-se o pouco envolvimento dos gestores públicos e a identificação dos movimentos sociais com a concepção crítica de meio ambiente. Em Conceição da Barra as ações ainda são incipientes, mas já contam com uma comissão local de mobilização. Em todos os municípios merece destaque o desconhecimento de diversos professores e representantes sociais quanto ao caráter interdisciplinar e transversal do tema meio ambiente e das concepções de educação ambiental.

Astract

it presents the first results of social mobilization program for the construction of municipal policy on environmental education in the north of the Espirito Santo. Four categories were analyzed as right next: (1) Strategies for developing the program. (2) The involvement of public authorities; (3) The involvement of the whole society. (4) The conceptual aspects conveyed by the actors during the process. So far only the Linhares municipality has already implemented the law of municipal policy for environmental education. However, unlike Sao Mateus, Linhares agility on program was due to the option of municipal managers in reducing the mobilization program to a brief communication process and public call for the municipal conference, disconnected from a broader program of debate and training. In Sao Mateus stood out the little involvement of public officials and the identification of social movements

with critical design environment. In Conceição da Barra city actions are still incipient, but already have a local commission of mobilization. In every municipalities deserve a better attention the void of many teachers and social representatives on the interdisciplinary and cross-cutting nature of the environment issue and the environmental education concepts.

Palavras chave

Pedagogia do ciclo de vida, Educação Ambiental, Sociedade, Consumo, Sustentabilidade.

Key-words

Pedagogy Lifecycle, Environmental Education, Society, Consumption, Sustainability.

Introdução

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República. Mas, só foi definitivamente institucionalizada em 1999, com a Política Nacional de Educação Ambiental que reafirmou a necessidade de implementar as políticas e os programas de Educação Ambiental em todas as unidades federativas do país. Essa implantação tem como instrumento normativo o Programa Nacional de Educação Ambiental utilizado pelo órgão gestor da educação ambiental para estimular a ampliação e o aprofundamento da educação ambiental em todos os municípios, contribuindo para a construção de territórios sustentáveis.

Após implantação da Política Nacional de Educação Ambiental houve um rápido crescimento da educação ambiental nas instituições de ensino em praticamente todos os municípios brasileiros, conforme aparece nos resultados do Censo Escolar

de 2004 (BRASIL, MEC, 2007). Os dados indicaram que 94,95% das escolas de ensino fundamental declaram ter educação ambiental de alguma forma, por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica. De acordo com os resultados do Censo, em 2001 cerca de 25,3 milhões de crianças tiveram acesso à educação ambiental e em 2004, esse total subiu para 32,3 milhões.

Apesar dos avanços de oferta da Educação ambiental nos municípios, o questionamento que vem sendo feito desde a institucionalização da Educação é qual educação ambiental é feita nas escolas brasileiras. Segundo LAYRARGUES “[...] atualmente parece não ser mais possível afirmar simplesmente que se faz ‘Educação Ambiental’. Dizer que se trabalha com educação ambiental, apesar do vocabulário conter em si os atributos mínimos cujos sentidos diferenciadores da Educação (que não é ambiental) são indiscutivelmente conhecidos, parece não fazer mais plenamente sentido. A diversidade de nomenclaturas hoje enunciadas, retrata um momento da educação ambiental que aponta para a necessidade de se re-signifi-

car os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos”.

Além dos aspectos ligados aos diferentes posicionamentos políticos pedagógicos uma questão importante no processo de institucionalização da educação ambiental no Brasil é sua oferta e gestão no nível local. Nesse aspecto, o Brasil está muito distante de atender ao Tratado Internacional para as Sociedades Sustentáveis, do qual é signatário. Ainda podem ser identificados pelo menos 3 problemas que têm limitado a efetivação da educação ambiental na esfera local: (1) a descontinuidade das atividades de educação ambiental, restritas a ações isoladas, (2) poucos são os municípios que possuem políticas públicas capazes de efetivar a educação ambiental e (3) políticas públicas construídas a partir de regimes não democráticos e desconectados de um processo formativo. Diante desses problemas cabe aos municípios estabelecerem suas bases legais para gestão da educação ambiental, como o Código Municipal de Meio Ambiente, podendo ainda criar leis específicas para a educação ambiental além do Programa Municipal de Educação Ambiental. Esses documentos facilitam a articulação com as instâncias estaduais e federais além de nortear as ações locais.

Neste artigo, apresenta-se os resultados da primeira etapa do Programa de Mobilização social para construção das políti-

cas municipais de educação ambiental na Microrregião Litoral Norte do Estado do Espírito Santo e Linhares, Brasil.

O Programa de Mobilização Social pela Educação Ambiental no Norte do Espírito Santo

TORO & WERNECK (1995) ensina que mobilizar significa convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Por isso, para os autores, a mobilização não se confunde com as manifestações públicas, pois essa ocorre quando um grupo de pessoas ou uma comunidade decide e age com um objetivo comum, buscando cotidianamente, os resultados desejados por todos. Assim, a mobilização constitui um ato democrático, pois as pessoas, ao serem convocadas, tem a liberdade de participar ou não. A mobilização é, portanto, um meio de motivação para a participação social na vida coletiva.

Participar significa tomar parte ou ter parte em algo, ou, ainda, fazer ou ser parte de algo (BORDENAVE, 1994, p. 22). Enveredando por essa afirmativa, participação popular é o processo pelo qual a sociedade se insere nas discussões e formulações de políticas públicas propostas pelo Esta-

do. GADOTTI (2013) discute a participação sob duas perspectivas: Participação Social e Participação Popular. Segundo o autor “a Participação Social se dá nos espaços e mecanismos de controle social, como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. Esses são os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil. A Participação Popular, por outro lado, corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais, etc (GADOTTI, 2013 pag. 2, 3).

Os processos de mobilização social para participação popular na gestão dos recursos naturais tem sido uma das principais características do setor ambiental, desde a década de 1970. Foram as mobilizações sociais que costuraram a participação dos diferentes movimentos que culminaram com o surgimento da educação ambiental. No entanto, a participação popular nas políticas públicas de meio ambiente

no Brasil, assim como em outros setores da organização do governo, é algo recente, pois só ocorre de forma efetiva a partir da promulgação da Constituição de 1988. Foi a partir daí que ficou assegurado aos brasileiros o direito e a liberdade de expressão, até então cerceado pela ditadura militar instalada na década de 1960 e que permaneceu até meados dos anos de 1980. O mesmo pode ser dito a respeito da participação em conselhos de acompanhamentos e controles sociais. No entanto, a consolidação dessa participação ainda se constitui um desafio, tendo em vista que a mesma não aparece de forma efetiva nos acontecimentos que marcaram a história do Brasil, entre outras coisas, caracterizada pela centralização do poder, modelo que ainda se mantém nas diversas instituições sociais, econômicas, e políticas da atualidade. Nesse contexto, Quintas (2006) destaca a importância da educação ambiental como instrumento estratégico para a concretização do controle social sobre o processo de acesso e uso do patrimônio ambiental brasileiro.

A participação social nas políticas públicas de meio ambiente também está expressa no Princípio nº 10 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992. No Brasil, essa participação tem sido efetivada por meio dos diferentes conselhos de representação da sociedade civil organizada. Para GOHN (2001) os conselhos são como instrumentos de reconfiguração da

participação popular e a reinvenção da política com participação popular no espaço público. No plano da sociedade civil, a participação dos grupos e movimentos organizados também contribuiu para a demarcação da preocupação ambiental enquanto esfera de ação política e cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público. Seja pela via dos movimentos nomeadamente ecológicos, seja pela via de lutas sociais pelo acesso público aos bens ambientais, uma diversidade de atores entre os movimentos sociais, grupos de interesse e ONGs incorporaram a temática ambiental em suas agendas (CARVALHO, 2008, p.14).

Diante do exposto, concordamos com DEMO (1987, p. 17) quando afirma que a participação “[...] é a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é a participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão”. Sobre a participação social na gestão pública DEMO (1999), afirma ainda que trata-se de conquista e não de concessão de direito. É nesse sentido que apresentamos, neste artigo, nossas reflexões sobre a primeira fase do Projeto de mobilização social para construção participativa da Política Municipal de Educação ambiental (PMEA) do município de São Mateus-ES.

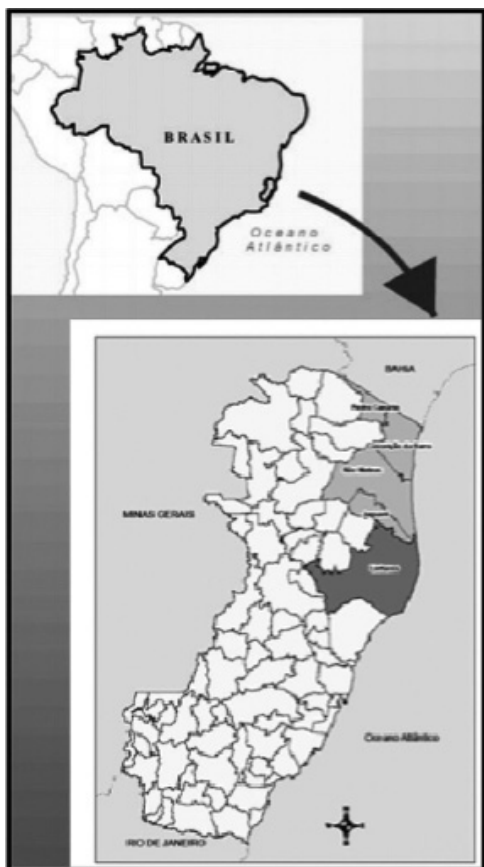
O programa de mobilização social para capacitação e elaboração das políticas

públicas municipais de Educação Ambiental do Norte do Espírito Santo, Brasil, nasceu no âmbito do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Campus São Mateus.

A educação ambiental constitui um importante componente dentro do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Biologia da UFES – Campus São Mateus onde está representada por duas disciplinas: uma destinada aos fundamentos da matéria, ofertada preferencialmente no quinto período (Educação ambiental – CAB 10589) e outra de cunho mais prático (Pesquisa, Extensão e Prática Pedagógica em Educação Ambiental – CAB 11332), ofertada preferencialmente no oitavo período. A primeira é desenvolvida em 60 horas e a segunda em 120 horas. Além disso, o Projeto Político e Pedagógico do curso assume a Educação ambiental como uma das cinco linhas de pesquisa e extensão (p. 89), reconhecendo seu potencial para a formação do egresso, em especial para a “*formação cultural e humanística, com ênfase nos valores éticos gerais e profissionais*” (p. 20).

Originalmente, as primeiras atividades que vieram a constituir o programa de mobilização foram desenvolvidas com objetivo de oportunizar aos estudantes do curso de licenciatura a vivência de uma educação ambiental crítica, a partir da imersão na realidade local. O marco inicial do projeto foi

a realização da I Audiência Pública sobre Educação Ambiental de São Mateus, organizada em 30 de janeiro de 2014 pelos estudantes das disciplinas citadas acima, cujo título foi: “Os desafios da construção democrática da política municipal de Educação Ambiental”. O evento mobilizou os gestores públicos, os meios de comunicação e a comunidade em geral para discussão do tema e culminou com a criação de uma pré-comissão de mobilização social para Construção de uma política pública de educação ambiental no município de São Mateus. A partir dessa iniciativa o programa foi ampliado para a Microrregião



Litoral Norte do ES e para o município de Linhares (figura 1).

A Microrregião Litoral Norte do Estado do Espírito Santo e Linhares: aspectos gerais

A Microrregião Litoral Norte do Espírito Santo, destacada na figura 01, possui uma área total de 4.621,693 km² e é formada pelos municípios de Pedro Canário, Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré. Sua população, segundo o IBGE (Censo 2010), é de 185.949 habitantes, dividida entre os 4 municípios conforme tabela 01.

Município	IDHM	população
São Mateus	0,735	109.028
Conceição da Barra	0,681	28449
Jaguaré	0,678	24.678
Pedro Canário	0,654	23.794
Linhares	0,724	141.306

Tabela 1. IDH e população da Microrregião Litoral Norte do Espírito Santo e Linhares, Brasil.

Linhares é o município com maior extensão territorial do Espírito Santo, com uma área de 3.506 km². Possui também o maior litoral do Estado, com uma extensão de 68 km. De acordo com dados do Ins-

Figura 1. Mapa do Estado do Espírito Santo apresentando a Área de Abrangência do Programa de Mobilização Social pela Educação Ambiental, formada pela Microrregião Litoral Norte (em cinza) e Linhares (em cinza escuro).

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000 tinha uma população de 112.617 habitantes e em 2005 uma projeção de 121.418 habitantes. Linhares é cortado no sentido norte-sul pela rodovia BR-101, e esta é a principal via de ligação do município com os demais municípios capixabas e com o Brasil. A cidade de Linhares é a maior do norte do Espírito Santo e está a uma distância de 135 km da capital do Estado, Vitória. A população atual é de aproximadamente 141.306 habitantes (IBGE, 2010).

Material e métodos

Desenvolvimento das atividades de formação e mobilização

Até o momento foram realizadas Em cada município o programa vem sendo desenvolvido em parceria com o poder municipal local por meio das secretarias municipais de educação e de meio ambiente. Cada município delega servidores para integrar a equipe de execução do programa. O programa é desenvolvido por meio da promoção de eventos nos diversos espaços públicos onde são debatidos os diversos aspectos teóricos e práticos que envolvem a educação ambiental visando a formação dos participantes e seu envolvimento na elaboração de uma política pública para seus respectivos municípios. Esses eventos são organizados pelos

gestores municipais dando-se preferência aos espaços formados por comitês, conselhos e comissões municipais, como comitê de educação do campo, conselhos de meio ambiente, conselho municipal de educação, entre outros. Além disso, são realizados cursos de educação ambiental para professores, palestras e oficinas. Os cursos e palestras são ministrados por especialistas da UFES que contam também com profissionais das secretarias de estado da educação e do meio ambiente. Após os eventos, realiza-se a I Conferência de Educação Ambiental onde os setores da sociedade civil, setor produtivo e gestores públicos apresentam suas propostas que esperam compor o projeto de lei da política municipal. Na plenária da conferência as propostas são apresentadas, votadas e consolida-se um documento final, o qual é revisado pela Comissão Interestadual de Educação Ambiental (CIEA).

Coleta dos dados

Para avaliação desta etapa do programa a coleta dos dados foi orientada para gerar informações capazes de contribuir com reflexões acerca das seguintes categorias de análise: (1) a iniciativa e as estratégias para desenvolvimento do projeto de mobilização, (2) o envolvimento dos poderes públicos (3) o envolvimento da sociedade em geral e (4) os aspectos conceituais veiculados pelos atores durante o processo. No caso das três primeiras categorias, a coleta dos dados se deu por meio do

acompanhamento dos encontros e atividades da comissão de mobilização por meio de observação e registro dos discursos dos atores envolvidos. Quando autorizado pelos sujeitos, foram realizadas gravações em áudio dos encontros. No caso da última, utilizou-se a técnica de evocação livre para análise das representações sociais de meio ambiente e de educação ambiental dos professores envolvidos no processo de formação e de mobilização social.

Resultados e discussão

Resultados gerais

Até o momento foram realizadas 17 eventos dos quais participaram 622 pessoas nos municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares (tabela 2). São Mateus é o município com o maior número de eventos realizados enquanto que em Conceição da Barra o início das atividades se deu recentemente com a formação da equipe local de mobilização. Em Linhares já foi realizada a Conferência Municipal de Educação Ambiental (figura 2) e a Política Municipal de Educação Ambiental foi aprovada como lei pela Câmara Municipal em maio de 2015. Dessa forma, Linhares passa a ser o primeiro município da Região a possuir uma política específica de regulação da oferta da Educação ambiental. Agora, o município se prepara para elaborar seu plano municipal de Educação Ambiental.



Figura 2. Conferência municipal de Educação ambiental do município de Linhares-ES.

Sobre as estratégias para desenvolvimento do projeto de mobilização

O primeiro aspecto que merece destaque é o fato de o projeto ter sido concebido como parte integrante das atividades de ensino e pesquisa de um curso de formação de professores. Esse aspecto é relevante porque nos remete à discussão sempre atual sobre o papel social das

universidades. Nesse aspecto, a iniciativa e as estratégias adotadas pelo projeto corroboram a ideia de Boaventura de Souza Santos de que sem pesquisa e extensão não se tem universidade, mas ensino superior (SANTOS, 2004). O segundo aspecto crucial a ser analisado nesta mesma categoria é a estratégia de trilhar o caminho de elaboração da política pública por meio de um processo de mobilização social, de forma lenta, porém, com uma postura democrática e inclusiva, possibilitando a formação dos sujeitos envolvidos por meio da troca de saberes. Essa estratégia está em

município	Evento/atividade	total de participantes
São Mateus	Audiência Pública sobre "educação ambiental e políticas públicas"	47
	Curso Educação ambiental para professores da rede municipal	57
	Reunião/palestra Comitê de Educação do Campo	22
	Reunião/palestra Conselho Municipal de Educação	19
	Reunião/palestras integrantes de diversos setores	23
	Reunião/palestra professores da Escola "Nestor Gomes"	37
	minicurso professores da Rede Municipal de Educação do Campo	37
Conceição da Barra	Seminário Educação ambiental e educação do campo - escola "Paulo vinhas"	42
	Seminário Educação ambiental e educação do campo - Parque de Itaúnas	36
	Reunião/palestra para Comissão Plano Municipal de Conservação Mata Atlântica	25
	Reunião gestores Secretarias educação e de meio ambiente	7
Jaguaré	Feito contato com os gestores municipais e emissão da carta de parceria e interesse.	4
Pedro Canário	Feito contato com os gestores municipais e emissão da carta de parceria e interesse.	3
Linhares	Reunião/palestra com gestores municipais	11
	Palestra "Caminhos da educação ambiental"	53
	Conferência Municipal de Educação ambiental	138
	Sessão de aprovação da Lei Municipal de Educação Ambiental	61
Total de pessoas mobilizadas		622

Tabela 2. Atividades desenvolvidas e total de pessoas mobilizadas em cada município atendido pelo programa de mobilização social pela educação ambiental na Microrregião Litoral Norte do Espírito Santo e Linhares, Brasil.

plena sintonia com a proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental.

A participação e o controle social também são diretrizes que permeiam as estratégias e ações do Programa Nacional de Educação Ambiental, por intermédio da geração e disponibilização de informações que permitam a participação social na

discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável (<http://www.mma.gov.br>). Esse contexto é bastante relevante nas discussões sobre a gestão e oferta

da educação ambiental no Brasil, pois a participação e o controle social como estratégias e ações ainda representa o maior desafio nesse campo da educação.

Ainda que pese, nesse ponto de nossa reflexão, uma discussão sobre os conceitos e teorias sobre democracia, cabe aqui ressaltar como aspecto positivo a descentralização das decisões no processo de construção da política pública de educação ambiental que se pretende com o projeto de mobilização. Essa negação à centralização dá claros sinais de que o que se pretende é construir uma concepção de educação ambiental em uma perspectiva popular, crítica e emancipatória, conforme vem sendo defendido, no Brasil, por diversos autores, como LOUREIRO, LAYRARGUES, CARVALHO, PEDRINI, TOZZONI-REIS, entre outros. Isso fica ainda mais explícito no discurso de um dos membros da comissão ao afirmar que *“não se trata de uma ação do governo municipal, nem de da universidade, ainda que a iniciativa tenha nascido dentro dos muros da academia, mas de um movimento popular que deverá construir, ao seu tempo, a legitimação junto à sociedade”* (Pu1). É nesse contexto que passamos à segunda categoria de análise: o envolvimento do setor público.

Sobre o envolvimento dos poderes públicos

Durante os encontros no município de São Mateus um aspecto que ficou evidente foi

a clara preocupação dos gestores públicos em utilizar as atividades do projeto de mobilização como instrumento de resposta aos Termos de Ajustamento de Conduta assumidos com o Ministério Público, nos quais estão previstas ações de educação ambiental visando, entre outros, o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em todos os encontros os discursos do secretário de meio ambiente de São Mateus foi marcado pelas dificuldades da gestão municipal dos resíduos urbanos. Notou-se, inclusive, um maior interesse pela geração e aquisição dos documentos comprobatórios de realização dos eventos. Dessa forma, a participação e mobilização dos gestores municipais, que antes era contagiante, encerraram-se após o mês de julho, provavelmente em função do término do prazo estipulado pela política de gestão de resíduos. Essa postura dista consideravelmente de uma visão mais complexa do conceito de meio ambiente, como tem sido defendida na atualidade.

No caso de LINHARES cita-se que o programa foi eficientemente incorporado pela secretaria de meio ambiente que trabalhou de forma integrada com a secretaria de educação. No entanto, esse processo foi construído muito mais nos moldes da eficiência técnica do que da eficiência participativa, pois foram poucos os eventos de mobilização e formação. Nesse caso, os gestores públicos compreenderam que a conferência municipal, para a qual foi

realizado um amplo chamamento público, representou um espaço democrático, pois todos os segmentos foram convocados e estiveram representados. Nesse caso, torna-se importante analisar o teor da lei municipal que originou a política municipal de educação ambiental. Para isso, tomamos emprestadas as palavras de Tamaio (2008) quando analisa a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental. Para esse autor trata-se de um avanço importante, ainda que não represente todas as aspirações de segmentos da educação ambiental, sobretudo aqueles referenciados pela abordagem crítica e emancipatória. Da mesma forma que Tamaio (2008) observou para a política nacional, também afirmamos que a política municipal de Linhares caracteriza-se pelos avanços no enfoque democrático e participativo, a concepção plural de meio ambiente, e o reconhecimento da educação ambiental como processo permanente. Agora, espera-se que na elaboração do programa municipal de educação ambiental, enquanto desdobramento da política, o processo encampe um olhar mais participativo e formativo no qual a sociedade seja a protagonista do processo.

Sobre o envolvimento da comunidade

Nessa categoria foi contabilizada a participação de 622 pessoas representantes dos diversos segmentos da sociedade que atenderam aos chamados para reali-

zação das atividades estando representados os 3 principais setores: público, privado e terceiro setor. Entre as questões levantadas pela comunidade destacam-se as formas e garantias da oferta da Educação ambiental nas escolas e os possíveis desdobramentos políticos do processo de mobilização social e elaboração da Política municipal de educação ambiental. No primeiro caso ganha destaque a discussão sobre a disciplinarização, que esteve presente em todas as reuniões, embora seja um assunto praticamente esgotado entre aqueles que estudam a Educação ambiental. Diversas lideranças, entre elas membros do Conselho Municipal de Educação Ambiental, reforçaram a ideia de criação de uma disciplina para garantir a oferta da educação e como forma de garantir o cumprimento da Lei. Essa mesma sugestão apareceu entre estudantes do ensino superior e alguns professores.

Sobre a disciplinarização da educação ambiental no ensino básico, cita-se que, em seu Art. 10, a Lei 9795 de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que *“a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”* e *“§ 1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”*. Portanto, fica evidenciada a *ca-rência dos gestores da educação municipal no que se refere ao tema em estudo o*

que justifica a proposta de formação coletiva do projeto.

No que se refere às propostas de ações destaca-se a ideia de criação dos agentes mobilizadores da educação ambiental, os quais trabalhariam em regiões definidas para fomentar e dar assistência a projetos interdisciplinares das escolas.

Um dos resultados que confirmam a aceitação do programa de mobilização social pelos segmentos sociais são as solicitações das lideranças para a realização de cursos de formação para seus pares, como Movimento dos Pequenos Agricultores, Diocese, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Organizações Não-Governamentais, Conselhos Municipais, entre outros. Isso demonstra o nível de consciência das lideranças sobre a importância da Educação ambiental para o exercício da cidadania.

Ficou constado que há uma clareza por parte dos movimentos sociais de que a construção de uma política pública de educação ambiental é palco de enfrentamento político-ideológico, o que pode ser ilustrado com o seguinte discurso de um participante: *“Uma coisa importante na elaboração de uma política dessa é que essa lei irá mexer com muitos interesses, especialmente do setor privado. Então, os movimentos sociais devem ficar atentos e participarem ativamente da comissão que irá elaborar a Política Pública de Educação Ambiental.”*

Este discurso revela a transferência da visão social baseada na luta de classes para o campo das questões ambientais, característica da abordagem crítico-dialética. LOUREIRO (2008) ao avaliar as relações entre os movimentos sociais e a educação ambiental afirma que, há uma opção pelo *“enfoque crítico-participativo e privilegiam o conhecimento das instituições sociais, dos conflitos e processos sociais instaurados pelos sujeitos, e da realidade histórica em suas múltiplas determinações, contradições e complexidade para transformá-la, em um movimento que visa a emancipação humana”* (p. 199). No entanto, essa abordagem não se traduziu em presença efetiva dos movimentos sociais enquanto agentes participativos, pois a partir da terceira reunião a participação dos representantes das instituições e instâncias de representação foi sendo reduzida gradativamente, o que fica explícito quando analisamos os retornos das mensagens/convites veiculadas pelo Coordenador da Comissão e o esvaziamento em algumas reuniões. Diante disso, tomo emprestadas algumas das questões importantes postas por LOUREIRO (2008) que deverão figurar na pauta do projeto de mobilização: O “ambiental” é uma temática ou conteúdo explícito dos processos formativos dos movimentos sociais? É um componente estruturante do mesmo? Para dialogar com Loureiro, nos valem de Saviani (2009) que, ao refletir sobre o caminho da educação, desde o senso comum à consciência filosófica, nos propõe uma reflexão

sobre os valores e objetivos na educação e ensina que educar *“significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a, no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens (p. 46)”*. Nesse contexto, para contribuir com esse debate, acrescentamos uma questão proposta por TEIXEIRA; SANTANA; FERREIRA (2012), ao avaliarem as contribuições dos movimentos sociais com a educação ambiental: Estaria a essência da educação ambiental na práxis das mobilizações sociais ao se (re)inventarem para o enfrentamento das armadilhas dos modos de produção do cotidiano que ameaçam a manutenção dos valores sociais? Longe de dar uma resposta definitiva ao problema, se considerarmos o processo histórico da construção do conceito de meio ambiente e a amplitude das questões ambientais propostas pelos autores críticos, a resposta às questões postas aqui caminhará no sentido positivo.

Aspectos conceituais dos atores envolvidos

Sobre a terceira categoria a análise dos conteúdos dos discursos dos participantes nos eventos de mobilização revelou uma representação naturalista de meio ambiente (REIGOTA, 1995) e uma abordagem pedagógica da natureza não-humana (SANTOS, 2005) quanto à abrangência da educação ambiental. Esse aspecto é

relevante sobretudo porque essas concepções foram notadas principalmente nos discursos dos professores da rede municipal de ensino de São Mateus e Linhares. Essa representação social¹ enxerga o meio ambiente apenas como conceito de natureza, confundindo-se com conceitos ecológicos, sem que haja a inclusão dos aspectos sociais neste contexto, conforme ficou confirmado na técnica de evocação livre. Utilizamos das análises de GONÇALVES (1990) para explicar o predomínio dessa visão reducionista sobre as questões ambientais como resultado do processo histórico guiado pela ciência moderna, que fragmenta o conhecimento e, conseqüentemente, simplifica a visão de mundo. Nesse âmbito, confirmamos a importância do caráter formador dos encontros de mobilização social, pois está possibilitando uma (re)construção de olhares mais complexos dos sujeitos sobre o tema bem como da importância de uma educação ambiental crítica, como ilustram os discursos seguintes:

- *“Nossa! Nunca tinha visto as questões ambientais dessa forma... então não é só bichos e plantas... acho que ainda estou meio confuso.”*
- *“Essa apresentação me fez ver que essa abordagem é diferente. Ela deve ser levada para nossos encontros,*

1 O Termo representação social está sendo utilizado aqui em referência àquele proposto por Moscovici (1961).

mostrar essa visão de natureza em que foi construída ao longo da história é muito importante para ajudar as pessoas a ver de outra forma”.

Nota-se, com isso, um claro esforço do projeto de mobilização social de provocar uma reflexão sobre as questões ambientais a partir de uma visão histórica-dialética. LEFF (2006), chama à atenção para as contribuições do pensamento dialético no enfrentamento da racionalidade dominante e para inaugurar uma racionalidade ambiental, *“elucidando o campo conflitivo dos interesses em jogo e os processos estratégicos no campo do poder que mobilizam as mudanças ambientais globais e os processos de reapropriação da natureza”* (p. 116). Nesse mesmo contexto, LOUREIRO (2006, p. 126), ao refletir sobre as contribuições dessa abordagem a educação ambiental, conclui que mudar comportamentos, atitudes, aspectos culturais e formas de organização, significa pensar em transformar o conjunto das relações sociais nas quais estamos inseridos, as quais constituímos e pelas quais somos constituídos, o que exige, dentre outros, ação política coletiva, intervindo na esfera pública, e conhecimento das dinâmicas social e ecológica. Entende-se que, diante dos resultados obtidos, os eventos promovidos pelo programa de mobilização vem se constituindo como um espaço de ação coletiva para a (re)construção dos conhecimentos para intervenção qualificada nos processos de gestão pública, nos moldes que defendem LEFF e LOUREIRO.

Nesse processo de (re)construção das concepções sobre o meio ambiente e do raio de ação da educação ambiental durante as atividades entendemos que o aspecto mais relevante foi a adoção dos aspectos históricos e filosóficos da relação homem-natureza na condução do processo de formação. Apresentando e problematizando os fatores históricos e sociais e suas relações com os diferentes conceitos de natureza em cada período, de forma cronológica, foi possível a inserção de novos elementos e conceitos na estrutura cognitiva dos participantes que permitiram olhar mais complexo sobre o tema. Os discursos abaixo ilustram essa constatação:

- *“Essa forma que você abordou os conceitos de meio ambiente foi muito interessante. Isso ajuda a entender muita coisa. Por exemplo, aquelas atividades de educação ambiental sobre o lixo... então aquilo somente não é educação ambiental. Tem que ter a discussão política junto.”* (Peb32).

É nesse contexto que TOZZONI-REIS (2001) chama à atenção para o papel dos educadores ambientais, afirmando que estes têm o papel de mediar a interação dos sujeitos com seu meio natural e social e que, para exercer esse papel, conhecimentos vivos e concretos tornam-se instrumentos educativos. Para a autora a educação sistematizada tem papel socio-cultural relevante e indissociável às práticas sociais. Esta sistematização, porém,

não obedece à lógica formal - racional - mas à sistematização de conhecimentos, valores e atitudes de conteúdos culturais ambientais, sociais e políticos que contribuam para a construção não só de uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza, mas também de uma relação equilibrada entre os homens. Assim, os conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais só têm sentido como conteúdos educativos da Educação Ambiental se ligados de forma indissociável aos significados humanos e sociais desses processos.

Portanto, Essa busca pelo desenvolvimento de uma compreensão integrada do ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos é, certamente, o maior desafio posto ao programa de mobilização social para a educação ambiental na Região Norte do Espírito Santo.

Conclusão

Diante do exposto, entendemos que o programa de mobilização social vem dando importantes contribuições no enfrentamento do desafio de buscar o envolvimento de todos os setores da sociedade para o debate formativo que tem como objetivo final a elaboração democrática de políticas

públicas municipais de educação ambiental que represente as reais necessidades de cada sociedade da Microrregião Litoral Norte e do município de Linhares.

Dentre as atividades e estratégias adotadas pela educação ambiental, o planejamento e a construção participativa das políticas públicas é uma das ações mais importantes, pois à medida que se planeja e elabora os projetos também se criam espaços de formação coletiva, oportunizando à comunidade ser protagonista de seu presente e de seu futuro. Essa forma de construção democrática busca minimizar os efeitos negativos da educação tradicional, que tem na autoridade do gestor a mola mestra do processo. É nessa perspectiva que o projeto de mobilização social vem sendo desenvolvido. Por meio da mobilização de instâncias representativas já conquistadas e reconhecidas pela sociedade (Conselhos municipais, Comitês, Comissões, etc...) são criados espaços de formação coletiva para elaboração democrática das Políticas Municipais de Educação Ambiental.

No campo das possibilidades, o aspecto mais positivo rumo à meta de elaboração das políticas municipais tem sido a aceitação do projeto junto às comunidades, professores, gestores públicos e à sociedade civil organizada, convalidada pelas constantes solicitações de criação de espaços de formação pelas lideranças.

No campo dos limites, dois fatores ficaram explícitos e precisam ser superados: (1) a representação social naturalista de educação ambiental, sobretudo dos professores, que reduz o olhar sobre as questões ambientais e dificulta uma agenda mais crítica para elaboração de uma política pública mais adequada à realidade e (2) o esvaziamento das reuniões da comissão de mobilização no município de São Mateus, provocado, possivelmente, pelo afastamento dos gestores municipais. Embora isso não tenha levado à desmobilização, que permanece umas atividades da equipe da UFES – Campus São Mateus, pode levar à perda da legitimidade que vem sendo conquistada pelo programa. Diante das observações, ficou evidente que o primeiro fator vem sendo superado por meio dos espaços de formação coletiva. No entanto, no segundo caso será preciso um maior esforço dos coordenadores mais engajados na militância em Educação ambiental no sentido de mostrar aos sujeitos envolvidos novos significados que o mobilize para continuidade do processo. Esse esforço será ainda maior, sobretudo, para garantir a participação do setor produtivo no processo, já que este ainda tem se ausentado.

Essas reflexões indicam que ainda há um déficit no cumprimento das metas de gestão da oferta da educação ambiental no Brasil, pois, apesar dos esforços das esferas federal e estadual no funcionamento do sistema articulado das políticas

públicas, ainda há um distanciamento entre estas esferas e a realidade local, pois é no município que as políticas públicas têm impacto mais efetivo e direto na vida do cidadão. É no município que a práxis da educação ambiental ganha legitimidade. Portanto, é aí, no nível local que as atividades podem contribuir para as mudanças necessárias no enfrentamento da crise socioambiental. Assim, os municípios representam, ao mesmo tempo, o elo mais frágil e também o mais importante do sistema de gestão da educação ambiental, necessário ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável.

Após o acompanhamento da primeira etapa do projeto de mobilização social nossa reflexão é que a construção de políticas públicas a partir de um processo de ampla participação social ainda representa um grande desafio à sociedade brasileira, pelo menos no que se refere às políticas públicas municipais de educação ambiental. Por outro lado, no campo das possibilidades, concluímos que é no âmbito dos movimentos sociais que se encontra a semente capaz de germinar e consolidar uma política pública capaz de guiar a práxis da educação adequada à realidade dos municípios avaliados até esta etapa.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Lei 9.9795 de 27 de abril de 1999. *Dis-
põe sobre a educação ambiental, institui a
Política Nacional de Educação Ambiental e
dá outras providências*. Brasília, Diário Ofi-
cial, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2005) *Pro-
grama Nacional de Educação Ambiental –
PNEA*. 3ª Edição. Brasília. 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (2007).
Aprendizes de sustentabilidade. Cadernos
SECAD - Secretaria de Educação Continua-
da, alfabetização e diversidade. Brasília.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2008) *A
Educação Ambiental no Brasil*. Disponível
em: [http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/
series/164816Educambiental-br.pdf](http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/
series/164816Educambiental-br.pdf). Aces-
so em 20 de maio de 2011.
- DEMO, Pedro. (1987). *Avaliação Qualitativa*. Cam-
pinas: 5.ed. Autores Associados.
- DEMO, Pedro. (1999). *Participação é conquista:
noções de política social participativa*. São
Paulo: Cortez.
- GADOTTI, Moacir. *Gestão Democrática com Par-
ticipação Popular no Planejamento e na
Organização da Educação Nacional*. Dis-
ponível em: [http://conae2014.mec.gov.br/
images/pdf/artigogadotti_final.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/
images/pdf/artigogadotti_final.pdf) Acesso
em: 28 de outubro de 2014.
- GOHN, M. G. (2001). *Conselhos gestores e par-
ticipação sociopolítica*. São Paulo: Cortez.
- LEFF, E. (2006). *Racionalidade Ambiental: a re-
proximação social da natureza*, tradução:
Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civiliza-
ção Brasileira.
- LOUREIRO, Carlos Frederico (2008). Educação
Ambiental e Movimentos Sociais: reflexões
e questões levantadas no GDP. *Pesquisa
em Educação Ambiental*, vol. 3, n. 1 – pp.
187-201, 2008.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES,
Phillippe Pomier & CASTRO (2009). R. *Edu-
cação ambiental com compromisso social:
o desafio da superação das desigualdades.
Repensar e educação ambiental*. Ed. Cor-
tez.
- GONÇALVES, C.W.P. (1990). *Os (des)caminhos do
meio ambiente*. Editora Contexto.
- QUINTAS José Silva (2006). *Introdução à gestão
ambiental pública*. Coleção Meio Ambiente.
Série Educação ambiental. IBAMA. 2ª ed
revista. Brasília.
- REIGOTA, M. (1995). *Meio ambiente e representa-
ção social*. São Paulo: Cortez.
- SAITO, Carlos Hiro (2002). Política Nacional de
Educação Ambiental e Construção da Cida-
dania: desafios contemporâneos. IN: DIAZ,
Alberto Pardo. *Educação Ambiental como
projeto*. 2ª edição, Porto Alegre, Artmed.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade
no século XXI: por uma reforma democrá-
tica e emancipatória da Universidade*. São
Paulo: Cortez, 2004. – (Coleção questões
da nossa época; v. 120).
- SAVIANI, Demerval (2003). *Pedagogia histórico-
-crítica: primeiras aproximações*. 8ª edição.
Campinas: Autores Associados,
- SORRENTINO, Marcos. (2005). *Ambientalismo e
participação na contemporaneidade: ava-
liação de processos educacionais*. Editora
Rima.
- TEIXEIRA, Marcos C.; SANTANA, Geiza Nasci-
mento; FERREIRA, Jaqueline A. Borges
(2011). Educação ambiental e movimen-
tos sociais: o que nos ensina o Movimen-
to “Termoelétricas, Jamais!”. In: *Educação
Ambiental: responsabilidade para conser-
vação da sociobiodiversidade*: (SEABRA,
G. Org). Editora Universitária UFPB, João
Pessoa. 2011.
- TORO, José Bernardo & WERNECK, Nisia Maria
(1995). *Mobilização social: um modo de
construir a democracia e a participação*.
Fundación Bogotá. 1995.
- TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos (2001).
*Educação ambiental: referências no ensino
superior*. Interface: Comunicação, Saúde,
Educação, P. 33-50.
- TRISTÃO, Martha (2007). As dimensões e os
desafios da Educação Ambiental na so-
ciedade do conhecimento. In: *Educação
Ambiental: abordagens múltiplas*. RU-
CHEINSKY, A.(org). ARTMED. Porto Alegre.
p. 169 a 183. 2007.